

Editorial

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) disponibiliza à sociedade mais uma edição do Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União, que reúne um rico material para reflexões acerca de temas afetos à atuação institucional do Ministério Público brasileiro. É uma satisfação concluir mais este trabalho, que representa a dedicação de membros/as e servidores/as ao estudo acadêmico. Nesta edição, o/a leitor/a poderá conhecer, ou aprofundar seu conhecimento, acerca do Ministério Público Eleitoral. Os desafios dessa frente de atuação estão retratados em dois artigos, sendo um deles referente aos povos indígenas. Constitucionalmente protegidos pelo Ministério Público, os indígenas brasileiros, como outros povos tradicionais, acumulam avanços consideráveis em termos de organização, ao mesmo tempo que enfrentam obstáculos para exercerem a cidadania por meio da representatividade eleitoral.

Ainda em relação ao contexto eleitoral e ao papel do Ministério Público, esta edição traz reflexões teóricas acerca do dilema envolvendo a disseminação de informações falsas para processos eleitorais. Nos últimos anos, o tema tem mobilizado os atores institucionais responsáveis por garantir a lisura e a higidez das disputas e, ainda assim, segue como o desafio a ser vencido. A análise do artigo ora publicado centra-se nos riscos de eventual ação de um governo coercivo para restringir a liberdade de expressão em nome do combate à circulação de informações falsas.

O/a leitor/a desta edição do Boletim Científico ESMPU terá, ainda, a oportunidade de ampliar seus conhecimentos a respeito do papel do Judiciário na implementação de direitos fundamentais no Brasil, de forma especial para uma parcela da população tradicionalmente vulnerabilizada e invisibilizada pelo Estado: os/as encarcerados/as. O tema é tratado sob a ótica da propositura, da tramitação e do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceitos Fundamentais (ADPF) 347 pelo Supremo Tribunal Federal. A Suprema Corte reconheceu a existência de violação em massa dos direitos fundamentais dos presos.

A publicação reúne, também, artigo sobre as consequências da plataforma do trabalho, uma realidade mundial com impactos na saúde, na autonomia e nos direitos de um número cada vez maior de trabalhadores. Outro estudo disponibilizado trata de aspectos relacionados ao federalismo cooperativo no Brasil, a partir do que foi verificado durante a pandemia de covid-19. O referencial para o estudo foi a atuação do Supremo Tribunal Federal naquela oportunidade no sentido de assegurar as competências e a responsabilidade de todos os entes e não apenas do chamado governo central.

Outros temas abordados nesta edição dizem respeito à Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para a promoção da igualdade nas relações trabalhistas e o controle judicial de políticas voltadas à área da saúde, que é uma questão polêmica e envolve aspectos como o fenômeno da judicialização da saúde e os limites na alegação da reserva do possível, sobretudo em ações estruturantes em matéria de direitos fundamentais. Nossos/as leitores/as têm à sua disposição um vasto material, capaz de ampliar seus conhecimentos nos temas abordados, bem como aprimorar as respectivas atuações.

Boa leitura!

Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento

Diretora-Geral e Editora-Chefe da ESMPU